



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO  
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

**ACTA NÚMERO NOVE**

**----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E SETE. -----**

----- Aos vinte e quatro dias do mês de Abril de dois mil e sete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Ponto Um) – Apreciação e votação da Acta da Reunião de vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete. -----**

**----- Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----**

**----- Ponto Três Um ) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----**

**Ponto Três Dois) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão 2006. ----**

**Ponto Três Três) – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas 2006. ----- Ponto**

**Três Quatro) – Apreciação e Votação da 3ª Revisão do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano Financeiro de 2007.----- Ponto Três**

**Cinco) – Apreciação e Votação dos Mapas Gerais de Bens do Património Municipal. ----- Ponto Três**

**Seis) – Apreciação e Votação da Proposta de Adesão da Câmara Municipal de Vimioso à Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro. ----- Ponto**

**Três Sete) – Discussão e Aprovação do Protocolo entre a Câmara Municipi-**

pal de Vimioso e a Administração Regional de Saúde do Norte. -----

----- Ponto Três  
Oito) – Outros Assuntos de interesse para o Município. ----- Ponto Qua-  
tro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu a Sessão ordinária dando de seguida a palavra à senhora secretária da mesa para verificar as presenças e as faltas dos elementos constituintes da Assembleia. Procedeu-se à chamada verificando-se que estavam presentes os seguintes deputados municipais: José António Cerqueira da Costa Moreira, José Carlos Vaz Gonçalves, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, António Eduardo Frias Martins, Aníbal Alves do Rosário, Ilda de Fátima Fernandes Martins, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Paula da Felicidade Ferreira Martins, Nuno dos Santos Penascais Martins, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Victor Manuel Fonseca Pires, Luís Alberto Pires Rodrigues, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, César Manuel Veiga Rodrigues, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Manuel Pascoal Lopes Padrão, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Manuel Delfim Martins Miranda. Registou-se a ausência do senhor deputado Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro O Sr. Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os senhores vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, José de Jesus Cepeda Prada e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. ----- Pela Senhora Secretária da mesa foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão até à data presente. ----- **Ponto Um) – Aprovação e votação da acta da reunião de vinte e quatro de Abril de dois mil e sete.** -----

----- Uma vez que a acta tinha sido enviada aos senhores membros da Assembleia o Sr. Presidente da mesa abriu espaço para intervenções acerca

da mesma. -----

----- No uso da palavra, o Sr. deputado José Luís Rodrigues disse que, tal como noutras sessões criticara as actas, hoje se sentia na obrigação de endereçar os parabéns ao Sr. Presidente da Assembleia pela forma como a acta foi apresentada designadamente pela transparência do conteúdo/assuntos tratados. -----

Interveio o Sr. deputado José Carlos Gonçalves que fez suas as palavras do Sr. deputado José Luís, relativamente à acta. Considerou no entanto que na referência às presenças dos Senhores deputados deveria ser seguida a ordem de eleição e não referirem-se os deputados de um e outro grupo municipal. Não tendo havido mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a acta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com a abstenções do Senhores deputados Manuel João Ratão Português, presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues e Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, Manuel Delfim Martins Miranda. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- Aberto o período de intervenção, usou da palavra o Sr. deputado Acácio Fernandes que proferiu a seguinte intervenção: “ Permitam-me que aborde, novamente, alguns assuntos, mas agora por motivos diferentes e outros que considero de interesse geral: **Ligação Vimioso/Outeiro** – Já abordei este tema noutra reunião, peço desculpa se for incómodo, mas é bom que não entre no esquecimento. Foi com satisfação que, há dias, tive conhecimento da existência feliz de uma voz, doura e especializada em ratos *cabrera* que afirmou e afirma que “a existência desta espécie de roedores não é impeditiva da construção desta ligação”, afirmando mesmo que, no Sul deste País, estes animáizinhos não impediram a construção de uma estrada. Até que enfim que há alguém que vem pôr os pontos nos is. Ainda bem. Será que é o raiar de uma nova esperança? Era bom que sim. É a desmistificação total. É uma pedrada no charco do não querer fazer. É uma grande bofetada de luva branca na cara de alguma gente que ganha muito e produz pouco. Afinal somos todos portugueses ou não? Parece que não. Afinal, nós cidadãos dos quatro tês, Transmontanos, Teimosos, Talentudos e Telúricos, não temos os mesmos direitos que os Algarvios? É claro que temos, mas, infelizmente, parece que não. Agora são os morcegos. Amanhã o que será? A borboleta A? O mosquito B? A ara-

nha C? Que outro motivo impeditivo encontrarão os complicativos ambientalistas?. Que outra desculpa “esfarrapada” encontrará o IEP para não concretizar esta aspiração dos Vimiosenses?. Estaremos cá para ver se assim o Criador o entender. Continuemos a lutar como até aqui e como a Câmara Municipal o tem feito e muito bem, não desistam porque “água mole em pedra dura tanto dá até que fura”, como todos sabem. -----

**Sinalização na EN 218** – O painel, à saída de Vimioso para Carção, indicativo das distâncias quilométricas, continua a informar que a distância entre Vimioso e Bragança é de cinquenta e sete quilómetros. Sr. Presidente da Câmara, ajude o pobre do IEP e mande transformar o sete num zero. Não custa nada. -----

----- **Charca de Caçarelhos** – Sei que já foram colocadas guardas metálicas entre esta charca e a EN duzentos e dezoito. Parabéns à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia. Assim está melhor. **Projectos** - Sr. Presidente da Câmara , já há projectos para as ligações: Zona Industrial de Vimioso – Vila Chã e Vale de Frades – Vale de Pena?. **Recuperação de Moinhos** – No mandato anterior, na reunião de Câmara de 08/03/2004, a Câmara Municipal concedeu apoio de vinte e seis milhões quinhentos e setenta e um mil e cinquenta e três cêntimos à Junta de Freguesia de Avelanoso para a recuperação de um moinho e represa, no rio Angueira, e beneficiação do respectivo acesso. Podemos ir lá ver moer o trigo, o centeio e o milho?. **Encerramento de Serviços** – É com mágoa que quero deixar registada a minha indignação e revolta pelo anunciado e hipotético encerramento do Tribunal e da Secção de Finanças. Os Vimiosenses não merecemos tamanha punhalada. Cheira-me a discriminação política negativa, coisa que os governantes não devem fazer. Porque será que, em concelhos similares ao nosso, isto não acontece? Será porque os Presidentes de Câmara são da mesma cor política do Governo? Não sei. Se assim for, é muito mau em Democracia. O tempo o dirá. A uns dão-lhes gimnodesportivos, campos de futebol relvados, piscinas flutuantes, parques ambientais e outras coisas mais. A outros tiram-nos tudo e não nos deixam nada. Como estamos em vésperas de comemorações, pergunto: será este o espírito do vinte e cinco de Abril?. Não é, certamente. -----

----- Para responder a esta intervenção/pedido de esclarecimentos foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Relativamente à ligação Vimioso/Outeiro sublinhou que a Câmara e

ele próprio tudo têm feito no sentido do problema não ser esquecido. Disse que tudo o que está ao alcance da Câmara (reivindicação/pressão política) tem sido feito recordando que têm sido aproveitadas todas as oportunidades, designadamente as proporcionadas pela comunicação social, para manter na ordem do dia este anseio do concelho. Referiu que toda a responsabilidade da execução dessa tão desejada ligação cabe por inteiro ao Governo. Sublinhou que entre os Municípios de Vimioso, Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, ao contrário do que é veiculado na comunicação social (jornais) nunca houve qualquer divergência relativamente ao traçado recordando que houve uma reunião em que os quatro autarcas por unanimidade defenderam o traçado Vimioso - Pinelo – Argoselo – Outeiro. Continuou dizendo que, na sequência da promessa do Sr. Primeiro Ministro que garantiu que em Dezembro de dois mil e seis estaria concluído o estudo de impacte ambiental, em Janeiro oficiara o mesmo Sr. Primeiro Ministro solicitando esclarecimentos, sem que tivesse obtido qualquer resposta. Contactou então as Estradas de Portugal que indicaram o final de Março para a conclusão daquele estudo. No início de Abril ligou para a empresa a quem foi adjudicado o estudo tendo-lhe sido dito que o problema do rato de *cabrera* tinha sido resolvido contudo, tinha de ser dada solução a uma colónia de morcegos, tendo sido dada a garantia de que até final de Abril tudo ficaria concluído. Em síntese disse que por vontade da Câmara a ligação já estaria feita cabendo ao Governo, e à sua vontade política, a execução da mesma. Concluiu apelando a que todos unissem esforços e não deixassem morrer este sonho, até porque as gentes do concelho têm dado provas da sua vitalidade em todos os locais onde se encontram e, se o concelho continua encravado é sem dúvida devido à falta de acessibilidades onde a ligação Vimioso – Outeiro IP4 assume capital importância. -----

----- Quanto à sinalização na Estrada Nacional duzentos e dezoito informou que já se tinha oficiado à Direcção de Estradas de Bragança para procederem à correcção mas que ainda não tinha sido feita como aliás o Sr. deputado referira. Agradeceu as felicitações a propósito da protecção da charca de Caçarelhos. No que concerne aos projectos de ligação Zona Industrial – Vila Chã e Vale de Frades – Vale de Pena, referiu que relativamente a este último estava realizado o levantamento topográfico estando o GAT incumbido de apresentar o respectivo projecto. Quanto ao moinho de Ave-

lanoso disse não saber qual o ponto da situação contudo, disse ter conhecimento de que se tratava de um projecto financiado pela Corane respeitante à recuperação de uma linha de água a montante da Ponte que existe na estrada que atravessa a aldeia. Referiu que ninguém melhor que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso podia esclarecer sobre o assunto. Finalmente, quanto ao hipotético encerramento do Tribunal e Finanças bem como de outros serviços referiu que até à data não há nenhuma indicação nesse sentido, no entanto, sublinhou que o Governo age numa atitude do “quero, posso e mando “ sem ouvir e dialogar com a autarquia e população, donde, a atitude mais prudente é estar atento e repudiar todas as formas de retirada de serviços do concelho. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo Luís Rodrigues que corroborou com as intervenções do Sr. deputado Acácio Fernandes a propósito do facto de não existir, para o nosso concelho, o espírito do vinte e cinco de Abril. Exemplificou esta discriminação negativa a que o concelho é votado com o anunciado encerramento de serviços, designadamente com o encerramento, previsto, do Posto da G.N.R. de Argoselo. Informou que em sede de Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Argoselo foi aprovado um documento/moção que passou a apresentar.

#### Moção da Junta de Freguesia e Assembleia de Freguesia de Argoselo

No seguimento das notícias, recentemente vindas a público, acerca do encerramento do posto da GNR na Vila de Argoselo, o Executivo da Junta de Freguesia, bem como a Assembleia de Freguesia, têm a registar que tal pretensão, fundamentada em aspectos que não consideram a realidade local, é despropositada e um verdadeiro atentado à ordem pública, pelos motivos a seguir expostos:

- 1 – Regista-se que, após o encerramento do posto de Santulhão, a área de intervenção da GNR – Argoselo tem sobre a sua alçada um território que perfaz, aproximadamente, 226 Km<sup>2</sup>, distribuídos da seguinte forma: Argoselo - 29,55 Km<sup>2</sup>, Carção - 27,6 Km<sup>2</sup>, Matela - 45,81 Km<sup>2</sup>, Outeiro - 40,85 Km<sup>2</sup>, Rio Frio - 34,40 Km<sup>2</sup>, Santulhão - 47,53 Km<sup>2</sup>. Esta área, considerável em

tamanho, tem a particularidade de estar confinada entre os vales profundos dos rios Mações e Sabor, onde a Freguesia de Argozelo se encontra, geograficamente, bem localizada, e onde os declives variados permitem vias de diversas características. Nessa vasta área existe uma extensão significativa de vias rodoviárias, com locais críticos de elevada sinistralidade, de nevrálgica importância na ligação entre concelhos e entre as freguesias mais povoadas do concelho de Vimioso. Uma vez que as acessibilidades não contemplam ICs, nem IPs, o tempo dispendido numa deslocação aos concelhos da área de intervenção é superior a 40 minutos (mais de 1 hora, considerando ida e volta), excessivo para dar uma resposta cabal a situações de imprevisto que são aquelas que mais gravidade representam para a ordem pública;

- 2 – O número de ocorrências e a requisição dos serviços da Guarda, no posto de Argozelo, sobrepõe-se, em número e frequência comparativamente a algumas esquadras que apresentam um número de agentes superiores a 12, não visadas no estudo que aponta para a extinção de quartéis. Perante o efectivo de 10 elementos, consideramos necessário o reforço da equipa em, pelo menos, dois elementos, com o intuito de manter a proximidade com os cidadãos de forma efectiva;
- 3 – Há que considerar o imbróglio gerado com a eventual divisão do território pelas esquadras limítrofes, no caso da extinção, factor considerado pernicioso, fomentador de ambiguidades que permitiria, em nosso entendimento, o aproveitamento de eventuais prevaricadores;
- 4 – Embora se considere a hipótese de fazer estabelecer um posto de atendimento, tal é inaceitável e em nada contribui para o integral cumprimento do papel das forças de ordem. As situações que exijam uma intervenção contingente, de maior gravidade, não encontrarão solução num militar completamente desguarnecido, despoletando um sentimento crescente de insegurança;

- 5 – Não podem ser descurados aspectos particulares que se prendem com as características sociais e demográficas das localidades envolvidas na intervenção da GNR de Argozelo, bastante heterogéneas. Se as populações mais distantes, como Matela, Avinhó e Junqueira, que distam cerca de 30 minutos de Argozelo, sentem o peso do envelhecimento dos habitantes, cada vez mais vulneráveis a ameaças externas, em Argozelo estão bem presentes os problemas sociais associados ao processo de falência das minas, onde laboraram mais de 300 famílias, permanecendo nos bairros mineiros da freguesia, subsistindo à base de apoios sociais, desenvolvendo conflitos familiares, de escassa funcionalidade, gerando ocorrências frequentes. Já as populações de Santulhão, Carção Rio Frio, Outeiro e também Argozelo, mantêm um comércio local e actividades económicas de particular relevância e são freguesias de poiso certo para uma faixa etária populacional, em idade activa, com condições manifestamente consolidadas para estabelecer família, promover desenvolvimento e prosperidade, na expectativa, obviamente, de verem acautelados os seus bens e o direito à segurança;
- 6 - Elevada à categoria de Vila, no ano 2001, Argozelo não perdeu os seus créditos em seis anos de afirmação. O seu posto da GNR, que marcou presença desde há 50 anos a esta parte, foi alvo de melhoramentos recentes, perpetrados em contexto de extrema contenção financeira por parte da Junta de Freguesia, proprietária do imóvel. Ainda que alguns estudos pudessem apontar falta de condições, tal deixou de ser válido, desde 2006, tudo foi feito para cumprir os requisitos exigidos e estamos certos que tal será um factor que pesará na força necessária para defender a continuidade do funcionamento da GNR nas actuais instalações e nos mesmos moldes de gestão dos recursos humanos. As instalações merecem, a categoria de Vila exige;
- 7 – As vilas do interior de Portugal, onde Argozelo se inclui, representam um aspecto organizacional do país de extrema importância, uma vez que contribuem para uma salutar distribuição territorial da população e estudos sobre pobreza apontam o seu desenvolvimento como uma solução para as

desigualdades e exclusão sociais. Manter as forças da GNR numa freguesia como Argozelo, que pretende afirmar-se paulatinamente, é acreditar num país desenvolvido, sem assimetrias e cidades colossais a braços com problemas sociais gravíssimos.

Ainda que os argumentos, anteriormente apresentados, não tenham sido considerados de forma a reverter a gestão dos recursos destinados ao serviço mencionado, quer o Presidente da Junta Freguesia, quer todos os elementos pertencentes aos órgãos executivos e deliberativos da Instituição e toda a população da área de Intervenção não têm dúvidas que a força militarizada é considerada imprescindível no normal desenvolvimento da ordem pública e na manutenção do Estado de Direito. Pelos motivos aqui registados e por todos aqueles que, por lapso ou esquecimento, não puderam ser acrescentados, lutaremos, com todas as nossas forças, para que o Posto da GNR – Argozelo, persista na sua função e, inclusivamente, veja aumentado o seu efectivo para 12 agentes.

Mais se informa que todas as formas de luta serão consideradas a fim de manifestar a nossa posição.

Argozelo, 2 de Abril de 2007-04-24

A Junta de Freguesia

A Assembleia de Freguesia

----- Apresentada a moção solicitou à Assembleia que a subscrevesse ou apresentasse outra mais curta mas igualmente incisiva na mensagem de protesto e repúdio pelo encerramento da GNR de Argozelo. Solicitou ainda que a moção a vir a ser aprovada fosse publicitada nos jornais da região a fim de a população ficar esclarecida quanto à posição dos órgãos autárquicos relativamente ao anunciado encerramento da GNR. -----

No uso da palavra o Sr. deputado Aníbal do Rosário congratulou-se com a intervenção do Sr. deputado Acácio Fernandes considerando que era reveladora do que deve ser o espírito da Assembleia Municipal sublinhando que, para além das críticas e das divergências de opinião salutaras, é imperioso estarem

todos solidários e unidos quando se trata de defender os interesses do concelho. Mostrou-se solidário com o Sr. Presidente da Junta de Argoselo e com a população daquela vila informando que o Grupo Municipal do PSD tinha, a propósito do encerramento da GNR de Argoselo, elaborado uma moção solicitando que a mesma fosse apoiada, alterada e /ou enriquecida pelo Grupo Municipal do P.S. Foi apresentada a seguinte **Moção:** -----

----- **Encerramento do Posto da Guarda Nacional Republicana na Vila de Argoselo – Concelho de Vimioso.** -----

----- No âmbito da Reforma do Sistema de Segurança Interna das Forças de Segurança, tem vindo a público que os postos da GNR com número de efectivos inferior a 12 (doze), encerrarão, sendo substituídos por um balcão de atendimento de ocorrências em regime não permanente. -----

Significa, pois, que no nosso concelho, mais concretamente na Vila de Argoselo, se prevê o encerramento do actual posto da GNR já que dispõe de apenas 9 (nove) efectivos. -----

Esta intenção do Governo, altamente lesiva para Argoselo, em particular, e para o concelho, em geral, é totalmente **inaceitável**, donde se impõe um veemente repúdio e luta contra tal propósito. -----

O anúncio do encerramento do posto da GNR em Argoselo apresenta-se como mais uma medida do Governo no sentido de esvaziar o concelho de serviços restando, no fim, a sua extinção. Recorde-se que o Serviço de Atendimento Permanente já não existe, os serviços de agricultura são para extinguir e os estudos apontam para o encerramento do Tribunal. Perante isto temos de dizer

**Basta!** ----- **O encerramento do posto da GNR em Argoselo é injustificado, despropositado e revelador do desconhecimento da realidade sócio-económica da Vila e do Concelho, pois que:** -----

**1** – Para a elevação de Argoselo à categoria de Vila, ocorrida a 19 de Abril de 2001, um dos argumentos apresentados para tal pretensão foi a existência de forças de segurança há mais de meio século. Resulta pois que, se a Assembleia da República aprovou a elevação de Argoselo a Vila, não se compreende que, agora, o Governo se prepare para retirar serviços que sustentam aquela categoria. -----

**2** – A GNR de Argoselo tem uma área de intervenção considerável de 6 (seis) freguesias no total de 9

(nove) aldeias e 1 (uma) vila, curiosamente as freguesias mais populosas e problemáticas dos concelhos de Vimioso e Bragança: -----

----- **3** – A população das freguesias da área de intervenção da GNR de Argoselo é uma população envelhecida, desprotegida e muito exposta a perigos vários, onde se destacam os relacionados com a segurança e saúde: ----- **4** – Sendo, infelizmente, um facto o crescente despovoamento de concelhos de interior, como o de Vimioso, não se compreende que, no lugar de serem adoptadas e implementadas medidas que o combatam, o Governo decida, por força da retirada de serviços, acelerar esse processo e portanto determinar a **sentença de morte** às nossas terras. Sublinhe-se que os 9 (nove) efectivos da GNR em Argoselo significam, para além do garante da segurança feita junto das pessoas, um importante veículo dinamizador da economia e sociedade locais. -----

----- **5** – Argoselo é uma Vila que continua a dar provas da sua vitalidade comercial, industrial e agrícola. Ao longo dos tempos, as gentes de Argoselo têm sabido lutar e ultrapassar as adversidades (ex: encerramento das minas, diminuição dos serviços dos CTT), pelo que, não merece que, a todo este esforço lhe respondam com medidas que em nada se coadunam com a categoria de Vila: -----

----- **6** - **A** intenção de retirar a GNR de Argoselo vai, justamente, contra os objectivos enunciados na resolução do Concelho de Ministros nº 44, relativa à Reforma do Sistema de Segurança Interna e das Forças de Segurança, pois que, aí se afirma que se pretende “ incrementar a acessibilidade e a proximidade das forças de segurança aos cidadãos, garantindo a sua presença nos locais onde são mais requeridas, reforçando a visibilidade e valorizando o seu potencial de prevenção e de combate à criminalidade: -----

----- **7** – **Fica claro que nada justifica o encerramento do Posto da GNR de Argoselo a não ser, mais uma vez razões meramente economicistas, que não são aceitáveis. Mais ainda, é um facto que tudo se resume a duas alternativas, a saber: 1ª - Acabar com a GNR em Argoselo, retirando-lhe efectivos; 2ª - Reforçar o Posto da GNR de Argoselo com mais 3 (três efectivos). Para Argoselo e para o Concelho o fim da GNR significa mais um golpe e o aproximar do Fim, ao contrário, o colocar de mais 3 (três) efectivos, significa a esperança e a crença num Futuro Melhor. -----**

----- Somos defensores da 2ª alternativa porque temos orgulho em pertencer a este concelho do qual Argoselo faz parte assumindo-se como uma freguesia de extrema importância a todos os níveis. -----

----- Resta-nos repudiar a intenção do Governo. Estamos abertos ao diálogo mas não aceitamos a retirada da GNR de Argoselo. -----

----- Pediu a palavra o Sr. deputado José Luís tendo referido que era obvio que ninguém se oporia à votação e aprovação das moções apresentadas. No entanto, considerou que a apresentação de duas moções revelava descoordenação por parte do Grupo Municipal do PSD, considerando que, sabendo-se da existência de uma moção da Junta e Assembleia de Freguesia de Argoselo, não deveria ser apresentada outra moção. Relativamente à moção apresentada pelo Sr. deputado Aníbal do Rosário solicitou, que fosse corrigida uma incorrecção sublinhando que o Serviço de Atendimento Permanente ainda não fechou, sendo o mesmo assegurado em regime de prevenção, o que significa que estará sempre alguém no Centro de Saúde para atender às solicitações. Informou ainda que, o Serviço de Atendimento Permanente em vez de ser feito com a presença física do médico, que anteriormente o assegurava, passa a ser assegurado em regime de prevenção. Recordou que se tratava de uma modalidade que já existira, e não há muito tempo. -----

----- Interveio o Sr. deputado José Carlos Gonçalves que considerou tratar-se de duas moções praticamente iguais. Considerou a moção apresentada pelo Sr. deputado Aníbal era muito generalista, com conteúdos com os quais uns podem concordar e outros não. Ao contrário, considerou que a moção apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Argoselo, porque se reporta exclusivamente ao encerramento da GNR de Argoselo, era a que deveria ser posta à votação. Disse apoiar totalmente a moção apresentada pelos órgãos autárquicos de Argoselo considerando que a moção apresentada pelo Sr. deputado Aníbal do Rosário deveria ser retirada. -----

----- Solicitou e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Argoselo que agradeceu a solidariedade manifestada nas anteriores intervenções designadamente o apoio incondicional demonstrado para com a moção por si, em nome da Junta e Assembleia de Freguesia de Argoselo apresentada. Contudo, considerou que esta Assembleia Municipal deveria ela própria apresentar uma moção, que podia ser a apresentada pelo Sr. deputado

Aníbal, pois que, apesar de fazer referências a problemas do concelho, a verdade é que especifica claramente o repúdio pelo encerramento da GNR de Argoselo. Neste sentido sugeriu que a Assembleia subscrevesse a moção por ele apresentada mas que fosse votada uma outra que saísse da própria Assembleia Municipal. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia referiu-se à questão do Serviço de Atendimento Permanente considerando que, por enquanto, a população não é prejudicada a nível dos cuidados de saúde, contudo advertiu para a possibilidade, e daí o medo legítimo da população e dele próprio, de no próximo ano, o atendimento nocturno, que agora passa para regime de prevenção, fechar. -----

----- Quanto às moções, considerando que havia duas questionou se se pretendia votar a Moção a retirar e em seguida proceder à votação da moção seleccionada. -----

----- Solicitou e foi autorizado a intervir o Sr. Vice-Presidente. No sentido de contribuir para decidir qual das moções a ser votada, considerou oportuna e muito feliz a apresentação da Moção feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo. Disse ter conhecimento que a Junta de Freguesia de Argoselo enviara essa moção ao Sr. Governador Civil. Referiu que o que estava em causa era o eventual encerramento do posto da GNR de Argoselo e que o mesmo se inseria na problemática geral do encerramento de serviços no concelho. Neste sentido considerou que a moção apresentada pelo Sr. deputado Aníbal do Rosário, que, seguindo as suas palavras, é uma moção que não deve ser de ninguém, em particular, mas da Assembleia, em geral, em nada inferioriza a Moção apresentada pelos órgãos autárquicos de Argoselo, pelo contrário, reforça essa mesma posição de protesto e repúdio pelo encerramento da GNR. Continuou dizendo que, sendo a Assembleia Municipal o Órgão Máximo do Município fazia todo o sentido apresentar e aprovar uma moção conjunta num claro sinal de unidade e de indicação para outras lutas que se avizinham no que respeita ao encerramento de serviços. Assim, e porque as Moções não colidem no objecto e no objectivo, sugeriu que a Moção apresentada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues, ficasse registada em acta e que a Moção apresentada pelo Sr. deputado Aníbal do Rosário fosse apresentada e votada como a Moção apresentada pelos Grupos Municipais do PSD e do PS. Aceite a

sugestão o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção apresentada pelos Grupos Municipais do PSD e do PS, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- O Sr. Vice-Presidente, para além de ser enviada para os jornais da região , sugeriu que a Moção fosse igualmente enviada a outros órgãos e organismos directa ou indirectamente ligados ao encerramento da GNR. Pelo Sr. deputado Aníbal foi proposto que se enviasse a Moção aprovada aos seguintes órgãos/entidades: Assembleia Municipal de Bragança, Grupo Parlamentar do PS, Grupo Parlamentar do PSD, Sr. Primeiro Ministro Eng. José Sócrates, Sr. Presidente da República Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva, Sr. Ministro da Administração Interna, Comandante do Destacamento da GNR de Bragança, e Sr. Governador Civil do Distrito de Bragança. (Juntas de Freguesia de Outeiro e Rio Frio). -----

-----No uso da palavra o Sr. deputado Manuel Oliveira apresentou os seguintes problemas relativos à Vila de Argoselo: - Zona do Calvário, alertou para o facto de, nas obras de requalificação que estão a decorrer, a altura dos lancis relativamente ao tapete betuminoso ser considerável, facto que provoca problemas no acesso dos automóveis às garagens; - Rua do Cemitério à Cabreira: aquando das obras das minas, algumas ruas ficaram em mau estado, alertando para o facto de, estando aquelas obras quase concluídas, ser necessário deixar aquela rua em condições de circulação; - Contentores do lixo: no largo do Tronco tem havido divergências entre os moradores e a empresa de recolha do lixo uma vez que a empresa alegando que o carro do lixo não passa (o que não é verdade) muda constantemente os contentores para outro local causando constrangimentos à população. A população coloca novamente os contentores no local inicial mas os funcionários da empresa mudam-nos para outros locais e cada vez mais distantes. Solicitou a intervenção da Câmara porque as pessoas que usam os referidos caixotes do lixo são idosas, com dificuldade de mobilidade, além de que a empresa está a ter atitude provocadora o que é inadmissível. Finalmente mostrou-se totalmente solidário com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo mostrando-se disponível para defender e lutar pelos interesses do concelho, em geral e de Argoselo, em particular. ----- Para esclarecimentos relativamente ao moinho de Avelanoso foi dada a palavra ao Sr.

Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso José Quina. Informou que quando tomou posse aquela era uma obra concluída e que consistia na recuperação do açude e reconstrução do respectivo canal. Sublinhou, mais uma vez, que por motivo dos materiais usados (granito polido) e pelo facto de se localizar no meio de um lameiro, a obra tinha um aspecto horrível. Disse terem sido gastos trinta mil euros e na sua opinião mal. ----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, congratulou-se com a aprovação da Moção e louvou a atitude empenhada e determinada do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo dizendo-lhe que a Câmara e portanto ele próprio estaria sempre ao lado do Sr. Presidente da Junta e da população na defesa dos interesses de Argoselo. Sublinhou a importância da solidariedade e unidade do concelho, independentemente das ideologias políticas, na defesa dos serviços que existem e na reivindicação de investimentos. Disse ser fundamental fazer ouvir e sentir o nosso descontentamento exigindo ser tratados como cidadãos de primeira até porque o concelho, ao longo da história tem dado significativos contributos para a afirmação de Portugal. -----

----- Respondeu, de seguida, às questões apresentadas pelo Sr. deputado Manuel Oliveira. Quanto às obras na zona do Calvário e rua do cemitério referiu que sempre que há obras há incómodos apesar de tudo ser feitos para os minimizar. Referiu que estava a ser colocado o betuminoso e que caso os problemas apontados se mantivessem seria, junto dos técnicos, encontrada uma solução. Quanto aos desentendimentos relativos ao local dos contentores do lixo informou que apresentaria o problema à empresa e conjuntamente com a Junta de Freguesia encontrar-se-ia uma solução. -----

----- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, referiu-se à questão da colocação de protecção nas charcas junto às estradas, questões levantadas noutras Assembleias pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, deputado Acácio Fernandes e ele próprio. Ora, tendo sido colocada na charca de Caçarelhos uma protecção metálica, considerou que o mesmo devia ter sido feito em Angueira onde apenas foram colocados uns postes com rede. Considerou que esta protecção servia para pessoas e animais mas não para veículos mantendo-se, por conseguinte, o perigo em caso de despiste. Questionou acerca do Regulamento da Zona Industrial mais concretamente quanto à legalidade das

situações por ele apontadas na última Sessão de Assembleia, respeitantes a permutas e venda de terrenos. Pediu esclarecimentos acerca do facto de se dizer que a Câmara Municipal é a principal responsável pelo encerramento de uma empresa – CISDOURO. Finalmente, solicitou que as máquinas da Câmara efectuassem trabalhos em Angueira aproveitando a proximidade do local onde actualmente se encontram – S. Joanico. -----

----- No uso da palavra do Sr. deputado Vítor Paiva fez a seguinte intervenção: “fala-se muito no vinte e cinco de Abril. Já se falou que deu o direito à igualdade, esquecemo-nos muitas vezes que o vinte e cinco de Abril deu o direito à diferença e essa diferença tem-se registado nas regiões autónomas que eram pouco desenvolvidas e hoje estão muito desenvolvidas. Os nossos governantes, seja qual for a sua cor política, quando chegam a Lisboa esquecem-se, lembram-se da igualdade e não se lembram do direito à desigualdade. Ora se as regiões autónomas tiveram tantos “privilégios”, porque souberam gastar o dinheiro, porque é que o Nordeste Transmontano, especialmente esta região, tem sido tão abandonada e não se lembram que temos esse direito inalienável à desigualdade?. Nós sabemos perfeitamente e podemos dar um exemplo: a Graciosa com trezentas pessoas o que tem? Tem tudo. E alguns dizem mesmo, pouco faço. Mas são necessários e estão lá, porque eles têm direito a isso. Porque é que nós não temos direito também a receber um pouco do benefício que só é carregado para Lisboa e para o Litoral? Este é um ponto que nós temos que defender. Sempre falam no interior, fala-se na desertificação e todos os governantes que lá caem não pensam nessa desertificação. Continuou, fazendo referência ao moinho de Avelanoso que considerava em pleno funcionamento e que agora tinha tido a informação contrária. A este propósito considerou que quando alguém deixa de ser Presidente da Câmara ou da Junta de Freguesia, quem lhe sucede tem a obrigação de continuar as obras e insistir para que elas se concluam, ao invés de se pretender iniciar novas obras, muitas vezes de gosto duvidoso, só porque a cor política dos novos executivos mudou. Considerou estas situações inadmissíveis. -----

----- Pediu e foi autorizado a intervir o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, que considerou que a intervenção do Sr. deputado Vítor Paiva, a propósito do moinho, merecia uma resposta séria. Neste sentido solicitou ao Sr. deputado Vítor Paiva que

enumerasse as obras de gosto duvidoso que a actual Junta de Freguesia de Avelanoso tinha feito. Quanto ao projecto do moinho, a única coisa que falta é, justamente pôr o moinho a funcionar. Neste sentido considerou que o projecto de recuperação do açude e do canal foi mal concebido, não só pelos materiais usados (granito polido numa linha de água e no meio de um lameiro, e actualmente muitas das pedras descoladas dando um mau aspecto) mas porque primeiro dever-se-ia ter recuperado o moinho e só depois a agueira. Sublinhou que, quer esse projecto (moinho) quer a casa doada pelo Sr. deputado Vítor Paiva para venda de produtos regionais, nunca teriam sido feitos pela actual junta. Disse ainda ter oficiado a Câmara Municipal solicitando a quem deveriam ser pedidas responsabilidades pelo estado em que se encontrava o canal, tendo sido respondido que o empreiteiro já não se encontrava no concelho. Informou ainda que a Junta de Freguesia até à data ainda não recebera qualquer verba desse projecto (trinta mil euros) não sendo verdade que quando tomaram posse dispunham dessa verba, uma vez que a CORANE, ainda não procedeu ao pagamento. -----

----- Para responder às intervenções anteriores foi dada a palavra do Sr. Presidente da Câmara. Às questões levantadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, respondeu: - Segurança da charca: a Câmara Municipal colocou uma vedação na charca de Angueira no sentido de prevenir acidentes com animais e pessoas, em particular crianças. Quem colocou a protecção metálica em Caçarelhos foi a Direcção de Estradas de Bragança. À Câmara Municipal é difícil colocar protecções metálicas em todas as charcas junto a estradas. Considerou-se, em função do trânsito e da velocidade praticada na estrada Caçarelhos/Angueira que a vedação lá colocada é suficiente, no entanto se se vier a constatar o contrário, serão implementadas outras soluções. Regulamento da Zona Industrial: referiu que o regulamento é para cumprir e nos casos em que ocorra venda ou permuta, nos termos do regulamento, essas operações têm de ser comunicadas e autorizadas pela Câmara Municipal, o que já por diversas vezes aconteceu. Responsabilidades da Câmara Municipal no encerramento da Empresa CISDOURO: referiu que essas acusações só se justificam por má fé de quem as profere, situações a que já vai estando habituado. Sublinhou que é amigo pessoal do empresário, que mantém com ele a mesma relação de amizade de há longos anos e que,

caso a empresa venha mesmo a fechar fica muito triste e preocupado porque emprega gente no concelho. Informou que sempre mostrou toda a disponibilidade para colaborar no processo de legalização da pedreira de Caçarelhos designadamente nos contactos com os organismos estatais responsáveis por tal licenciamento. Serviço de Máquinas: referiu que as máquinas estão a desenvolver um bom trabalho, actualmente está-se a dar resposta às notificações da GNR e, logo que possível, efectuarão serviço em Angueira. Referiu que, infelizmente as populações designadamente de aldeias mais pequenas vão perdendo o hábito de elas próprias cuidarem e preservarem os caminhos. Apesar de existirem aldeias em que essa prática se vai mantendo a verdade é que não é com a mesma frequência e dinamismo, situação que obriga a Câmara a maior esforço para manutenção desses caminhos. -----

----- No uso da palavra, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, referiu-se à colocação de protecção metálica na charca de Caçarelhos para agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e ao Sr. Director da Direcção de Estradas de Bragança o empenhamento traduzido na resolução do problema. Relativamente à Pedreira disse ter conhecimento de que na verdade iria fechar temporariamente. Segundo informações que recolheu esse encerramento deve-se ao país das burocracias em que vivemos, pois que, têm sido exigidos estudos de toda a ordem para que a pedreira possa funcionar. Mostrou-se esperançado na sua reabertura porque dos vários postos de trabalho directos que a pedreira oferece, quatro deles são de gente de Caçarelhos. Concluiu dizendo que entre a Empresa proprietária da pedreira e a Junta de Freguesia sempre houve um saudável relacionamento existindo mesmo acordos de troca de terrenos para exploração da pedreira. Lembrou que os melhoramentos feitos em muitos caminhos da freguesia contaram com a dádiva de materiais da pedreira. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel que elogiou a forma como o Sr. deputado Acácio Fernandes apresentou os problemas do concelho na sua intervenção. Considerou que cada membro da Assembleia deveria apresentar soluções, dar ideias pois que, para problemas velhos são necessárias soluções novas. Informou o Sr. Presidente da Câmara que na aldeia de Vale de Algozo, à entrada, quem vem de Uva, não existe placa a identificar a

localidade, solicitando que fosse colocada. Mostrou o seu desacordo com o Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Cerqueira quando este referiu que, a propósito do encerramento do SAP, a população não ficava prejudicada. Discordou argumentando que, não sendo obrigatório a presença física do médico à noite, quando solicitada a sua presença, demoraria sempre algum tempo a chegar, tempo esse que podia ser decisivo na resposta à situação de urgência. -----

----- Interveio o Sr. deputado José Luís Rodrigues começando por responder à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, dizendo que se alguém apresentara soluções para problemas velhos e novos era ele não podendo, pois, ser acusado do contrário. A propósito da intervenção do Sr. Presidente da Câmara segundo o qual havia aldeias onde a tradição de limpeza de caminhos se perdera, referiu que a freguesia de Angueira, onde a tradição de ir a caminhos se mantêm viva, deveria ter um prémio. Considerou que a vedação colocada na charca de Angueira não era o suficiente uma vez que a mesma tem uma profundidade considerável, donde é “fatal” em caso de despiste. -----

Quanto às referências do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, ao País das burocracias e às exigências dos vários estudos, disse comungar das preocupações do Sr. Presidente da Junta relativas aos postos de trabalho e fixação de pessoas mas, também considerou fundamental que os estudos de impacte ambiental fossem feitos para prevenir e proteger as populações de efeitos secundários no futuro, exemplificando com o caso das minas de Argoselo onde, por falta de medidas minimizadoras a população ficou exposta a perigos de saúde vários. Finalmente referiu-se ao moinho de Avelanoso apontando-o como exemplo de má gestão dos recursos. Considerou que recuperar um moinho em Avelanoso, onde não há água, era o mesmo que construir um lagar de azeite em Angueira, onde não há azeitona. Sublinhou que se o moinho fosse recuperado em Angueira, aí sim, poder-se-ia ver moer os cereais. ----- Foi

dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para as respectivas respostas/esclarecimentos: Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel respondeu dizendo que a placa em Vale de Algo-so seria colocada. Agradeceu as sugestões e soluções apontadas pelo Sr. deputado José Luís, considerando-as importantes para o concelho. Elogiou a

população de Angueira pelo facto de manterem viva a tradição de preservação/arranjo dos caminhos, pedindo que a mantivessem cada vez mais activa. Quanto aos estudos de impacte ambiental esclareceu que nem Câmara nem Junta de Freguesia de Caçarelhos eram contra eles, pelo contrário, consideram-nos da maior relevância. O que já não é tolerável é que se demorem dois, três e mais anos a serem realizados, pondo em perigo o funcionamento de empresas e com elas os postos de trabalho. Foi a isso que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos Sérgio Pires se referiu quando falou do País das burocracias, e com razão. Sublinhou que a Câmara Municipal já tinha dado provas em como defende esses estudos exemplificando com os estudos realizados para a Mini-hídrica e para a exploração das águas sulfurosas da Terroinha. Fez ainda referência ao moinho de Avelanoso para dizer que se tratava de um projecto apresentado e aprovado pela CORANE e que se em Avelanoso existia moinho é porque existia água, uma vez que não era movido a vento. ----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires que, a propósito do encerramento da pedreira de Caçarelhos, informou que o mesmo se devia ao facto de o uso de explosivos estar totalmente condicionado ao respeito da legislação muito restritiva e que poucas empresas conseguem respeitar, donde a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade, no encerramento da mesma. Considerou que a reabertura da pedreira não será um processo fácil porque a autorização para uso de explosivos exigirá custos muitos elevados. ---

----- No uso da palavra, o Sr. deputado António Frias elogiou a Câmara Municipal por ter dado resposta positiva às críticas por si apresentadas relativamente a postes de electricidade no meio da rua, no Bairro do Navarro. ----- O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, agradeceu os esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira Vítor Pires relativamente ao encerramento da pedreira tendo ficado claro que a Câmara Municipal não tem qualquer responsabilidade, ao contrário do que algumas pessoas vão dizendo, repetindo que o fazem com má fé. Agradeceu igualmente as palavras do Sr. deputado António Frias, sublinhando que a EDP por vezes demorava em dar resposta às solicitações pois que, o pedido de retirada dos postes da rua fora feito por mais de uma vez e já há algum tempo. ----- Não se registaram mais

intervenções neste período. ----- **Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** ----- **Ponto Três um) – Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** ----- Pelo Sr. Presidente foi apresentada a informação escrita, distribuída com antecedência aos senhores membros da Assembleia. Não houve intervenções/pedidos de esclarecimento sobre este ponto. ----- **Ponto Três Dois) – Apreciação e Votação do Relatório de Gestão 2006.** -----  
----- **Ponto Três Três) – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas 2006.** -----  
----- Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi solicitado que estes dois assuntos fossem tratados em simultâneo, pela sua complementaridade, sendo que as votações ocorreriam separadamente. Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para introduzir os documentos referentes a estes pontos, o mesmo referiu que, estando os senhores membros da Assembleia na posse de todos os documentos apenas faria uma breve intervenção conclusiva disponibilizando-se para qualquer esclarecimento. Referiu a seguinte conclusão: “ O Relatório de Gestão que agora se apresenta é bem revelador da actividade desenvolvida pela Câmara Municipal, no sentido de criar no Concelho mais e melhores condições, o mesmo é dizer, proporcionar a quem cá vive e trabalha mais qualidade de vida. Simultaneamente, oferece-se, aqueles que nos visitam, um concelho onde a preservação da tradição aliada aos elementos de modernidade que se têm introduzido, se articulam, conferindo-lhe uma imagem apelativa e convidativa. Os esforços para a criação de emprego e com ele a fixação e atracção de gente, assume-se como uma das principais preocupações. São exemplo disso os investimentos na Zona Industrial, a criação da Zona de Caça Turística, bem como todas as demarches no âmbito da potencialização dos nossos recursos, quer a mini-hídrica de Algosó, quer aqui as termas da Terronha; é verdade que a situação financeira da Câmara apresenta alguns constrangimentos, mas também é verdade que no final do ano dois mil e seis a autarquia, tem haver verbas quer do INTERREG, quer da OPERAÇÃO NORTE, quer de vários sítios. Portanto a situação que se põe neste momento e que de facto, também devem muito de fundos comunitários à Câmara. Pensando bem e para os

investimentos que houve ao longo destes seis anos que estamos no executivo, acho que em termos de investimento houve muito investimento e a prova está, enfim, nas obras que estão aí, a diferença eu recordo-me quando se veio nós devíamos mais ou menos dois milhões e seiscentos mil euros, hoje chego aqui devemos dois milhões e novecentos mil. É preocupante, eu gostava de não dever nada, mas quando tem que se investir tem que se gastar para se poder produzir e nós temos alguns investimentos que eu gostaria que fossem feitos e já se gastou algum dinheiro neles, no caso concreto da mini-hídrica, no caso concreto das águas da Terronha. Tem-se gasto bastante dinheiro e ainda não se viu nada mas são estudos que se fazem, o próprio parque de campismo, enfim, todas estas situações, e nós temos que ir para a frente e conseguir ter essas infra estruturas para poder receber cá as pessoas. Em suma o investimento continua a ser privilegiado pelo executivo assegurando uma saúde financeira que não comprometa o futuro, ou seja, o desenvolvimento sustentável está assegurado. O sucesso do trabalho desenvolvido, é pois o sucesso de todo o concelho e das suas gentes. Os obreiros somos todos nós. Uma palavra justa de agradecimento ao trabalho desenvolvido pelos funcionários da autarquia que como até aqui, têm sido exemplo de leal profissionalismo, traduzido na dedicação e valorização do trabalho”. ----- Aberto o período para intervenção, o Sr. deputado Acácio Fernandes, a propósito do Relatório de Gestão disse o seguinte, citando um parágrafo da página dezassete, desse mesmo relatório: “ No que respeita à Execução Financeira Anual do PPI, salienta-se o valor de quatro milhões duzentos e vinte e quatro mil quinhentos e trinta e seis vírgula quarenta e oito euros o que corresponde a um grau de execução de trinta e um vírgula vinte e três por cento, representando desta forma o *rigor da previsão do investimento* e do trabalho realizado por todos os elementos da Câmara Municipal de Vimioso”. Gostaria que alguém me explicasse onde está o *rigor da previsão do investimento* com esta taxa de realização, é que eu, perdoem-me a modéstia, não entendo. A baixa taxa de execução não me estranha porque vem confirmar a minha previsão na apreciação e votação do PPI e Orçamento respectivos.. Na minha opinião, quer o Relatório quer a Conta de Gestão são documentos que estão bem elaborados. Por isso dou os parabéns a quem participou na respectiva construção. -----  
----- Para responder foi dada a

palavra ao Sr. Vice-Presidente. Começou por agradecer a intervenção do Sr. deputado Acácio Fernandes, sublinhando a parte final quando afirmara que quer o Relatório de Gestão quer os Documentos de Prestação de Contas estão bem elaborados. Esta análise, disse o Sr. Vice-Presidente, significa que o executivo é transparente e rigoroso na apresentação de contas. Esta é uma verdade indesmentível, referiu. ----- Quanto à crítica relativamente aos erros de previsão, rejeitou-a tendo dito que não existe esse erro. Argumentou dizendo que o executivo podia, legalmente, ter recorrido ao que considerou de “Truques” para apresentar uma taxa de realização superior, para tanto bastava ter apresentado na última Assembleia uma alteração ao orçamento em baixa. Sublinhou que essas estratégias, que resultariam facilmente numa elevada taxa de execução, a Câmara não recorria. Sublinhou que a taxa de realização que os documentos referenciam não corresponde às realizações efectivas no terreno. Exemplificou com o caso do Pavilhão Multiusos, dizendo que ele está concluído, donde a taxa de realização é de cem por cento, contudo ainda não está totalmente pago, porque a Câmara ainda tem a receber avultadas verbas, donde no papel, a taxa de realização é muito baixa. Considerou que mais importante que a informação dos números, que distorcem a realidade, é o facto de as obras estarem concluídas, ao serviço da população e de todos aqueles que as queiram utilizar levando dinamismo e riqueza ao concelho. -----

----- A propósito das verbas que a Câmara Municipal tem a receber na sequência de candidaturas e contratos – programa, sublinhou que, quando forem recebidas, mais ainda se já tivessem sido recebidas, as dívidas estavam saldadas, a taxa de execução era mais elevada e a dívida menor. Não tendo havido mais intervenções passou-se à votação. O Relatório de Gestão de dois mil e seis foi aprovado por maioria com o voto contra do senhor deputado Acácio Fernandes, e as abstenções do Sr. deputado José Carlos Vaz Gonçalves e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso José Quina. Colocado à votação em minuta, o mesmo foi aprovado por unanimidade. -----

----- O Sr. deputado Acácio Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto: “ eu voto contra o Relatório por duas razões fundamentais: a primeira já deixei aqui é a baixa taxa de execução, a segunda é o patamar elevado da dívida que para mim é uma dívida muito pesada e abstenho-me de outras justificações porque o evidente não

pode ser desmentido”. ----- Postos à votação os Documentos de Prestação de Contas de dois mil e seis foram aprovados por unanimidade e em minuta. -----

**Ponto Três quatro) - Apreciação e Votação da 3ª. Revisão do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano Financeiro de 2007.** -----

O Sr. Vice-Presidente introduziu este ponto da ordem do dia informando que inicialmente não fora previsto que a secretária do Gabinete de Apoio à Presidência bem como os funcionários do Gabinete Técnico Florestal não podiam receber o subsídio de refeição pela rubrica do pessoal do executivo (Presidente e Vereadores) donde, foi necessário criar nova rubrica dotada com dois mil e quinhentos euros. -----

Não tendo havido intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**Ponto Três Cinco) – Apreciação e Votação dos Mapas Gerais de Bens do Património Municipal.** -----

Foi solicitado ao Sr. Vice-Presidente que introduzisse o documento relativo a este ponto. O Sr. Vice-Presidente informou que, com a introdução do POCAL o registo de Bens do Património Municipal se tinha tornado uma obrigatoriedade e que todos os anos tinha de ser actualizado. Ora, era justamente essa actualização que se colocava à apreciação e votação da Assembleia. Não se tendo registado intervenções e /ou pedidos de esclarecimento pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocado este ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**Ponto Três Seis) – Apreciação e Votação da Proposta de Adesão da Câmara Municipal de Vimioso à Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro.** -----

Pelo Sr. Vice-Presidente foi introduzido este ponto dizendo que em sede de Reunião de Câmara havia sido aprovada a adesão do Município à Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro por se considerar vantajoso para o concelho, uma vez, que a produção de azeite assume grande relevância na nossa actividade agrícola. Posto à votação este ponto foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

**Ponto Três Sete) – Discussão e Aprovação do Protocolo entre a Câmara Municipal de Vimioso e a Administração Regional de Saúde.** -----

Para introduzir este ponto foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara . A este propósito referiu o seguinte: - Como é do conhecimento de todos vocês foi assinado um protocolo sobre o Centro de Saúde entre a ARS Norte e a Câmara Municipal de Vimioso. Esse protocolo assinado foi colocado pelo Sr. Ministro da Saúde com pouco tempo para ser discutido (três dias). Tive o cuidado de telefonar para todos vocês falei pessoalmente com todos vós exceptuando dois ou três, com a maioria eu falei e acabei por lhe dizer que de facto a melhor solução seria assinar o protocolo. Na altura tinha algumas dúvidas mas a maioria de vocês disseram-me que aquilo que eu fizesse nós estamos consigo. Nenhum de vocês com quem falei e foi a maioria disse isto, de facto, para mim esse dia que era dia treze e sexta feira foi um dos piores dias da minha vida. Tinha medo, se assinasse, vir a comprometer o concelho em termos de saúde, se não assinasse comprometia-o também. Assinei contrariado porque entendo que tudo o que é perder serviços é sempre complicado e aqui há uma redução de serviços quer queiramos quer não. Neste momento com os médicos que temos aqui no concelho estamos bem, e nós temos a sorte de o nosso Presidente da Assembleia ser médico, no fundo vão fazer o mesmo serviço mas, o dia em que estes médicos se reformarem eu tenho medo que de facto algum médico queira vir para o concelho de Vimioso, se eventualmente for de cá se calhar fica connosco e gosta disto, mas se o médico não for de cá quer ficar noutros sítios porque ganha tanto como em Vimioso. O problema passa-se para mais tarde, é esta a situação que eu temo. ----- De qualquer das formas, ainda há dias ouvi aí que eu não tinha falado com os médicos, falei com todos os médicos do Centro de Saúde, com o Director do Centro de Saúde e com todos os outros a dizer que eventualmente iria assinar um protocolo nessas situações. O protocolo tentou ser negociado, eu tentei negociá-lo até a última hora, até porque não sei se têm conhecimento da comunicação social que eu só assinei depois de já terem feito a festa porque estava em causa a Unidade de Cuidados Continuados, eu entendo que a perder alguma coisa, haver redução de serviços entendia que o Sr. Ministro deveria colocar no protocolo a data do financiamento, ou seja, ele devia colocar aqui no protocolo que o financiamento para a Unidade de Cuidados Continuados estivesse garantida até uma determinada data o que não aconteceu. Acabei por assinar o protocolo com a promessa de que a implementação da Unidade de Cuidados Continuados seria

feita o mais rápido possível. -----

----- Na altura o Sr. Ministro que estava acompanhado pelo Sr. Governador Civil e pelo Sr. deputado Mota Andrade disse-me: tem aqui estas testemunhas em que eu lhe vou fazer isto o mais rápido possível isso eu lhe garanto Sr. Presidente, ele garantiu à frente deles dois que ia fazer isso, espero bem que isso aconteça, se isso acontecer, no fundo, é um mal menor que aceitamos. Essa Unidade de Cuidados Continuados nós temos direito a ela não era necessário estar a promete-la, temos direito e devia já estar a ser construída se tudo corresse como deveria, não correu, paciência, de qualquer das formas é só para vos dar estes lamentos, no fundo essas negociações e que de facto eu já vos tinha dito que em princípio ia assinar o protocolo e portanto assinou-se e é aquilo que vos tenho a dizer. -----

----- Usou da palavra o Sr. deputado Acácio Fernandes: “ sobre este assunto queria dizer quatro coisas: primeiro, louvo a posição que a Câmara Municipal tem tomado em relação ao Centro de Saúde. Segundo: manifesto a minha indignação e o meu repúdio por algumas medidas que o Ministro do sector tem andado, por aí, a implementar. Como toda a gente sabe, a Constituição do nosso País consagra o direito universal à saúde. Ora bem, quem retira esse direito viola a Constituição e quem viola a Constituição não merece ser ministro do governo deste País, mas merece ser sentenciado pelos órgãos próprios para o efeito. O Sr. Ministro, como ninguém, não é dono e senhor de um bem que é de todos. Quando o Poder Central também quer responsabilizar o Poder Local pelas medidas nefastas para o cidadão que ele próprio impõe, muito mal vai a Democracia. Dá a impressão que há alguém que quer fazer crer que a prestação de serviços de saúde também é da responsabilidade das Autarquias. Não é. Esta responsabilidade é da exclusiva competência do Ministro da Saúde. O que há é alguns autarcas que pensando que o seu concelho é um reino, e armados em reis, se metem em assuntos que não lhes dizem respeito, e fazem-no apenas para obter simpatias eleitorais, disso não há a menor dúvida, sentindo-se mesmo na obrigação de empunhar a espada para defender os seus sempre que necessário; é caso para citar “ *dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus*”. Terceiro: Deixo uma sugestão – desafio: mandem colocar um painel que diga qualquer coisa como esta: *Pela nossa saúde não encerrem o Centro de Saúde*. Fica o alerta e a mensagem.

Quarto: onde vai ser construído o “Heliponto”, de acordo com a alínea (g, do nº2 do protocolo? (pág. 4 do mesmo). Esta é a única obrigação da Câmara Municipal, segundo o protocolo e isto para quê? Para responsabilizar a autarquia de prováveis futuras manifestações de desagrado pelo encerramento de outros serviços similares. É assim a política rasteira e suja na qual eu não me revejo. A transparência do bem público acima de tudo”. -----

----- Novamente no uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara mostrou concordância com as posições do Sr. deputado Acácio Fernandes. Quanto ao héliponto informou que a zona exterior ao Multiusos será a indicada necessitando apenas de marcação para o efeito. -----

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, colocou algumas questões tendo referido que, em função da resposta às mesmas decidiria o seu sentido de voto. A questão foi a seguinte: se o Sr. Presidente da Câmara não assinasse o protocolo; quais eram as propostas do Ministério da Saúde? Concordou com a intervenção do Sr. deputado Acácio Fernandes considerando que o Sr. Ministro vinculou e limitou a autarquia e a população. Considerou esta atitude inaceitável porque o Sr. Ministro da Saúde não pode obrigar a assumir responsabilidades no âmbito de assegurar direitos de saúde porque essa responsabilidade é do Governo. Terminou dizendo que se o Sr. Presidente foi obrigado a assinar o protocolo, votava a favor, caso contrário, se houve negociações, votava contra. -----

----- Novamente no uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara afirmou terem existido “negociações” com o Sr. Ministro e com o Sr. Governador Civil antes da assinatura do protocolo. Afirmou que exigiu o SAP até às vinte e quatro horas, o que não foi concedido, bem como à data e montante de financiamento para a Unidade de Cuidados Continuados, o que, também, não veio acontecer. Perante isto, porque não tinha alternativa e porque os restantes sete Presidentes de Câmara assinaram, para não ficar isolado, disse, ter sido obrigado a assinar. ---

----- No uso da palavra, o Sr. deputado Aníbal do Rosário utilizou um adágio popular para se referir à importância da saúde: “ haja saúde e coza o forno”. Considerou que ao Sr. Presidente da Câmara poucas alternativas restavam, referindo que ele teria feito o mesmo, até porque em termos de serviços dispostos à população mantinha-se, praticamente, tudo igual, havendo prejuízos, sim, para os médicos.

Quanto ao héliponto, considerou que, pela sua localização o exterior do Pavilhão Multiusos não era a melhor solução devendo ser equacionada outra alternativa. ----- Na sua intervenção, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, considerou que “este protocolo não é mais do que deixar migalhas, quer dizer, nós temos um Governo que traz os sacos vazios, e leva os sacos cheios de chouriços, salpicões, presuntos, anda aqui a poupar uns tostões e depois esbanja milhões em megaprojectos e em estratégias que nada têm a ver com a realidade do País. Eu acho que era altura de eles se terem apercebido que nós estamos para o País assim como o País está para a Europa e realmente este Governo com toda esta estratégia, todo este aparato que tem feito à volta das suas reformas, que não são reformas, só nos pode fazer sentir mais revoltados senão mesmo furiosos, porque nós não nos podemos contentar com migalhas. E eu perguntava ao Sr. Presidente (e estou a pensar sinceramente no meu voto também em abster-me porque de facto o protocolo já referiu era um mal menor a assinatura deste protocolo é um mal menor) é mesmo necessário que nós façamos aprovar este protocolo em sede de Assembleia. Questionou o Sr. Presidente da Câmara quais as consequências do facto do protocolo não ser aprovado em Assembleia, já que ainda não tinha decidido o seu sentido de voto”. -----

----- Interveio o Sr. deputado José Luís Rodrigues para dizer o seguinte: “ eu não pretendo aqui defender ninguém mas julgo que tenho a responsabilidade de esclarecer aqui alguns pontos que se calhar não estão muito bem compreendidos. Provavelmente também eu não compreenderei ainda muito bem porque nada melhor do que ver, para tirar conclusões. Julgo que estamos a reflectir muito com o coração e menos com a razão e digo isto porquê? Nós temos vários indicadores de saúde que podemos jogar com eles e com esses sim nós podemos avaliar a saúde da população. Não digo que os recursos não sejam necessários especialmente os recursos materiais e os recursos humanos. A alteração que agora está a ser feita, se ela for implementada, tal qual a filosofia defendida, eu julgo que nós poderemos até ficar melhor. E digo isto porquê? Eu trabalho no Centro de Saúde há uns vinte e cinco anos, o Dr. Cerqueira há uns vinte e três (se calhar ele até estaria em melhores condições para vos prestar este esclarecimento, mas eu sinto-me nessa obrigação). Se recuarmos um pouco e se soubermos a his-

tória daquilo que foram os serviços de saúde aqui a nível do concelho ó obvio que eles tem vindo a melhorar, mas também é evidente que a população tem vindo a decrescer e nós não nos podemos dar ao luxo de termos uma Unidade de Cuidados Intensivos nem uma esquadra de polícia em cada porta, era bom que tivéssemos. O dia que eu tivesse um problema eu queria ser atendido imediatamente. Da maneira como os serviços estão organizados há uma grande demora. Aquilo que se pretende que venha a ser implementado, e eu tenho esperanças que venha mesmo, com a nova reestruturação dos serviços provavelmente já ouviram falar na questão da fixação de um helicóptero em Macedo de Cavaleiros, que ficará com um serviço de urgência básico; esse helicóptero está preparado para poder voar de dia e de noite e poder chegar ao local mais recôndito do distrito em aproximadamente vinte minutos, poderá não ser bem assim, mas já temos tido provas de rapidez desses serviços, ainda há dias houve um acidente na estrada de Mogadouro e não tenham medo do helicóptero, porque esses helicópteros tem muita autonomia e conseguem até aterrar na estrada; a estrada esteve interrompida mas eles conseguiram fazer a evacuação do acidentado no meio da estrada. -----

----- Punha-se aqui a questão do héliponto ser no Pavilhão Multiusos ser ali ao lado, tenho-vos a informar que uma das exigências desses hélipontos é estarem localizados em zonas em que não possam levantar poeiras, em zonas que sejam asfaltadas ou calçadas porque nós apresentamos-lhe outras hipóteses, apresentamos o Campo de Futebol que até estaria mais próximo até do Centro de Saúde mas não podia. Relativamente a outros serviços que vão ser implementados, já ouviram falar no Centro de Atendimento do Serviço Nacional de Saúde que é uma linha telefónica à semelhança daquela linha que existia para a Pediatria que era o “dói, dói, trrim, trrim”, agora essa linha é alargada a toda a população, daí que em qualquer local que a gente se encontre, accionando essa linha teremos do outro lado alguém que nos dá uma resposta e mediante a situação que se apresente, e isto do lado de lá estão enfermeiros treinados e que vão obedecendo, vão fazendo uma série de perguntas em que tenham os algoritmos que vão encaminhando conforme a situação; daí que, a situação se justificar, é mesmo enviada a casa do indivíduo ao seu domicílio uma VMER inclusivamente o helicóptero caso a situação o justifique. -----

----- Por isso tenho-

vos a dizer que, se o serviço vier realmente a ser reestruturado como está pensado, nós não ficaremos a perder muito poderemos até ganhar, há situações em que podemos ganhar, o Dr., Cerqueira está ali presente está dentro da saúde, o meu colega Frias também tem mais obrigação de estar dentro destes assuntos e digo-vos, poderemos até ganhar, porque temos o meio mais rápido de chegar a um hospital diferenciado. Sem dúvida, a nível do nosso concelho era mais importante construir o troço Vimioso/Outeiro do que dotar o serviço com as vinte e quatro horas de permanência física, isso nem duvidem. Construir uma estrada melhorar um acesso, eu para mim acho que é mais importante construir um bom acesso a um hospital diferenciado do que estarmos aqui a dotar os serviços; porque não sei se sabem, mas nós temos em média no período das zero às oito, temos em média cada dois dias um doente, portanto teríamos meio doente por dia se pudéssemos dividir ao meio. Eu concordo plenamente que o Sr. Presidente tenha assinado, só o critico apenas pela demora porque, se não assinasse era garantido que ficávamos mesmo sem serviços”. -

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia que fez a seguinte intervenção: “ como o Sr. deputado José Luís disse que a população é menor logicamente, se é menor, devia precisar de menos serviços e acontece que, e eu dou um exemplo que é flagrante e a gente conhece que é o exemplo de Uva, quando eu fui para Uva tinha cento e sessenta e cinco inscritos, neste momento tenho à volta de noventa e cinco, na altura fazia cinco consultas por período, agora faço trinta, significa que a população é a mesma só que tem mais vinte e três anos de idade. Depois há outra confusão que as pessoas têm tendência a fazer que é o serviço de Urgência e SAP ou emergência e SAP, a emergência não há dúvida nenhuma; a emergência não é com médicos de família, nem com os cuidados de saúde primários, a emergência é com cuidados diferenciados e por aí muito bem que está o helicóptero e o INEM. Também não é verdade que vinte minutos são o tempo que demora o helicóptero. Se o piloto se estiver dentro do helicóptero, este estiver quente e arrancar logo e se disser onde é, não demora mais como é evidente! Também queria referir outra questão: se um indivíduo estiver com uma dor de dentes às três da manhã é uma situação chata, e não tenho dúvidas, nem o helicóptero nem a VMER vai buscar esse doente a casa para fazer tratamento, portanto o serviço de atendimento dos SAP será necessário. -----

----- Depois, outra coisa, a média é zero vírgula sete em dois mil e seis o que dá duzentos e cinquenta e cinco utentes num ano, ora estes duzentos e cinquenta e cinco utentes têm o mesmo direito que os outros de outros lados em serem atendidos, portanto acho que se justifica o serviço de atendimento permanente de Vimioso aberto e concordo com a prevenção sem dúvidas, pois podia ser pouco, o médico já esteve há uns tempos a trabalhar em prevenção e acho que deve continuar, não vejo problema nenhum aliás, a população nem se apercebeu, nós trabalhamos cerca de quatro anos em prevenção à chamada e ninguém se apercebeu, porque eu também concordo, eu gosto muito de ganhar dinheiro como toda a gente, mas gosto de ter à frente o que é justo e o que não é justo, e acho que seria justo da meia noite às oito da manhã em prevenção, -----

----- Outra questão: a linha “dói, dói” e vai haver agora outra linha. O que é certo é que desde que foi criada julgo que foi há dois ou três anos, tirando duas ou três brincadeiras que ligaram para a linha “dói, dói”, a utilização delas foi zero e eu não acredito que as pessoas estejam a ligar a ver se vão a Vimioso, se vão a Bragança ou ao Porto; as pessoas querem o seguinte: eu sinto-me mal pode ser grave, pode não ser, quero é que lá esteja alguém que me oriente, era só este esclarecimento que eu queria dar.” -----

No uso da palavra o Sr. deputado Frias referiu que: “ eu nesta questão estou totalmente em desacordo com o meu colega Sr. deputado José Luís. Na saúde temos que distinguir o que é uma urgência grave e o que são cuidados de saúde à população. Para mim há pequenos e médios problemas em saúde; e eu se tenho um pequeno problema posso resolvê-lo às dez da noite; não vou ali e não vou bater com o serviço fechado. Vejo que este Governo está-nos a tirar estes direitos todos, já nós estávamos em desigualdade com quem trabalha em Lisboa e no Porto que tem os serviços todos próximos e nós que já temos poucos, e os que temos não trabalham a cem por cento porque não temos meios analíticos e outros meios complementares de diagnóstico; estão-nos a tirar esses pequenos e médios. Aquilo que nós temos dá para resolver os pequenos e médios problemas em saúde agora para aqueles complicados para esses problemas de urgência tipo enfarte, não estamos preparados.” ----- Ainda sobre este assunto, pediu e foi autorizado a intervir o Sr. Vice-Presidente. No uso da palavra disse:” todos concordamos que a forma como foi apresenta-

do e “negociado” este protocolo revela, da parte do Sr. Ministro da Saúde, um total desrespeito pelos órgãos (Assembleia e Câmara Municipais). ----- Queria dizer-lhes que desde o início fui contra este protocolo mas, confesso que, no lugar do Sr. Presidente da Câmara faria exactamente o que ele fez – assinava-o. Assinava-o porque o interesse da população deve ser colocado acima de toda e qualquer questão. No entanto este protocolo é bem revelador da forma de actuar e de fazer política deste Governo e deste Ministro da Saúde: quando se diz ou se assina o protocolo ou o Centro de Saúde encerra no período nocturno, e não se aceita mais nada senão o que eles impõem estamos perante uma chantagem inaceitável e indigna de quem exerce estas funções do Estado como é o caso do Sr. Ministro da Saúde. ----- É inconcebível e intolerável que o Sr. Ministro da Saúde imponha um protocolo, dê um certo prazo de tempo para o discutir, com a agravante de se demitir das suas responsabilidades querendo transferi-las para a Câmara Municipal. O Sr. Ministro da Saúde teve medo de eventuais manifestações, não teve coragem para assumir a redução de serviços e faz chantagem com os Presidentes de Câmara para assumirem conjuntamente com ele a retirada desses serviços. Esta é uma forma baixa de fazer política. Porque é que o Sr. Ministro não esperou que as Assembleias Municipais se manifestassem? Teve medo? -----

----- Este protocolo é mau, porque todos dizem que se trata de um mal menor. É justamente aí que está a gravidade, porque quando a um concelho lhe é proposto que escolha entre dois males, significa que o futuro do mesmo está comprometido. Não se compreende que estando os serviços de saúde a funcionar bem, se alterem para pior. Essa é que é a verdade. O Sr. Presidente da Assembleia, que é médico, acabou de dizer que também gosta de dinheiro, como todos nós, a verdade é que, apesar de na prática os serviços se manterem, dentro de poucos anos a situação agravar-se-à, isto porque todos sabemos que um dos atractivos à fixação de médicos no nosso concelho, e em outros similares, era o facto de poderem fazer urgências à noite o que precisamente constitui uma compensação. Ora reduzindo-se para metade essa remuneração quando os actuais médicos se reformarem dificilmente outros quererão vir para cá, aliás é sabido que há concelhos onde médicos já recusaram efectuar o serviço em regime de prevenção. Oxalá eu me engane! ----- É incompreensível como é que tendo sido inaugu-

rado o Centro de Saúde há dois anos agora se reduzam serviços. São estes os políticos que temos em Lisboa vão para a capital e esquecem-se das suas terras. Todos sabemos que se não fosse o Dr. Adão Silva hoje não havia Centro de Saúde em Vimioso. E só não há Unidade de Cuidados Continuados porque ele saiu do Governo caso contrário já existiria. Não é admissível que o Governo trate concelhos como o nosso desta forma! Vejam: A Santa Casa da Misericórdia de Vimioso em dois mil e cinco apresentou uma candidatura para a Unidade de Cuidados Continuados (saúde XXI) à ARS Norte. Em Janeiro de dois mil e seis é perguntado se querem manter a candidatura ao que se respondeu positivamente. O que é que aconteceu? Em Setembro de dois mil e seis a Santa Casa da Misericórdia é oficiada a dizer que a candidatura não foi aprovada porque violava legislação de Junho de dois mil e seis. Ora isto é brincar com a instituição. Era mais correcto dizerem que não há dinheiro, que se assumisse que não há verba, agora brincar com as instituições não é aceitável e é grave. Em síntese o Sr. Ministro com este protocolo teve medo de assumir as suas responsabilidades e medo da reacção das populações. Se fosse para anunciar um grande investimento não pediam certamente ao Presidente da Câmara para assinar, fá-lo-ia o Sr. Ministro com toda a pompa e circunstância e até viria a Vimioso. Como sabem que este protocolo é para prejudicar as populações não veio a Vimioso, fê-lo no Governo Civil fugindo às suas responsabilidades. Estas atitudes e toda esta forma de actuação têm um nome – “Cobardia”. -----  
----- No uso da palavra o Sr. deputado António Frias, referiu que de facto a forma como o Poder Central trata os pequenos concelhos não é a correcta mas que a nível concelhio se passa o mesmo exemplificando que o Presidente da Junta de Freguesia de Angueira tem constantemente feito pedidos para serviço de máquinas e não lhe são concedidos, concluindo que não se podem criticar comportamentos quando nós também fazemos o mesmo!. ----- O Sr. Vice-Presidente, no uso da palavra, e na sequência da sua anterior intervenção alertou para o facto de estarem em curso medidas que vão no sentido de serem encerradas as extensões de saúde. Sublinhou que não são iniciativas do Centro de Saúde de Vimioso mas que os seus dirigentes apenas estão a cumprir com aquilo que lhes pedem. Neste sentido disse ser necessário estarmos atentos e repudiar tudo o que seja retirar qualidade de vida às populações. -----

----- Não tendo havido mais intervenções neste ponto, o mesmo foi colocado à votação tendo sido aprovado por maioria com as abstenções do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues e do Sr. deputado Manuel João Ratão Português. Colocado à votação em minuta, foi aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto Três Oito) – Outros Assuntos de Interesse para o Município.** -----

No uso da palavra o Sr. deputado José Carlos Gonçalves apresentou os seguintes assuntos: - **Sinalização de Trânsito** – na rua do Parque, no sentido descendente, foi colocado um sinal de proibição de estacionamento do lado direito. No entanto, após a rua que dava acesso ao antigo Centro de Saúde, o estacionamento passa a ser permitido fazendo com que, em frente da Junta de Freguesia e Segurança Social, estacionem veículos de ambos os lados, com os consequentes problemas de circulação que se criam. Sugeriu que, em toda a rua do Parque, fosse limitado o estacionamento do lado direito de um dos sentidos, ascendente ou descendente. **Águas da Terronha:** - Questionou qual o ponto da situação, o que se pretende fazer uma vez que tinha ouvido dizer que iriam ser feitos furos ou captações de água. -----

-----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo que alertou a Câmara Municipal para o facto da estrada de acesso ao S. Bartolomeu, em Argoselo, se encontrar bastante degradada. Sublinhou a importância do Santuário, local de culto a que ocorre gente de todo o mundo. ----- Às intervenções anteriores respondeu o Sr. Presidente da Câmara. Relativamente à sinalização de trânsito informou que a solução existente foi a proposta pelos técnicos mas que, as questões levantadas pelo Sr. deputado José Carlos seriam apresentadas aos mesmos técnicos. Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo Luís Rodrigues dizendo que o actual estado da estrada do Santuário de S. Bartolomeu o preocupa, até porque, para além do acesso ao Santuário faz também a ligação a Coelhoso, tendo dito que, logo que possível tentar-se-à minimizar a situação, informando que tinha agendado uma reunião com a Confraria de S. Bartolomeu no sentido de, juntos, encontrarem respostas para o problema. ----- No que concerne aos esclarecimentos solicitados pelo Sr. deputado José Carlos Gonçalves, foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Referiu que todo o processo de exploração das águas sul-

furosas da Terronha tem sido longo o que demonstra que as burocracias condicionam significativamente o evoluir dos projectos. No entanto, informou que iria iniciar-se a fase de abertura dos furos pois que já tinham sido concursados dois dos três furos previstos. Houve necessidade de intervir no acesso à zona dos furos daí também algum do atraso. Referiu que os furos a fazer não têm as características dos tradicionais furos artesianos. Explicou que os furos implicam trabalhos complexos (cimentação para evitar infiltrações, análises permanentes da água, entre outras) os quais em função do andamento dos mesmos podem tornar o processo mais moroso. Esclareceu que todo o trabalho é acompanhado pela UTAD, com quem a Câmara Municipal tem um protocolo, cujo responsável é o Sr. Engenheiro Alcino Oliveira doutorado em Geologia e que, desde o início tem acompanhado todo o processo. -----

----- Deixou os votos e a esperança de que o primeiro furo dê água em quantidade e qualidade, evitando assim o segundo e terceiro furos. Lembrou que sempre se disse que as águas da Terronha representavam um grande recurso com potencial turístico. Neste sentido, referiu que todo este trabalho teria uma de duas conclusões: ou as águas da Terronha eram um “mito “ e ele ficava desfeito ou, como esperava e como dizem os técnicos, no local existe água que pode potenciar investimentos turísticos na área termal. -----

----- Ainda sobre a exploração das águas da Terronha, usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para informar que o primeiro furo far-se-ia em terrenos da Junta de Freguesia e o segundo e terceiro furos estão previstos em terreno propriedade do Sr. Vitorino (espanhol). Referiu que legalmente os furos podiam ser feitos no terreno do Sr. espanhol e que previamente falou com ele informando-o de todos os procedimentos e pedindo autorização para a realização dos furos. Informou ainda que o Senhor Vitorino (espanhol) mostrou toda a disponibilidade para colaborar ainda que, como é normal queira que os acordos sejam feitos por escrito. Mostrou-se esperançado em que o primeiro furo dê água e que o próximo Quadro Comunitário de Apoio possa ser aproveitado para investimentos ligados às águas da Terronha. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires que apresentou os seguintes assuntos: - na Avenida de Alcanices, sentido descendente, em frente à Escola de Condução existe, no pavimento, uma vala, há já algum tempo, a qual causa muitos constrangimentos a quem aí passa danifi-

cando os veículos. Disse não saber de quem é a responsabilidade e deixou o alerta para que a Câmara dê resposta ao problema. No âmbito da estrada Angueira-Três Marras e na zona da escola velha, alvo de intervenção, a rua foi rebaixada a os degraus, em granito, de acesso à escola, foram retirados existindo, hoje, entre a rua e a porta da escola uma altura de cerca de um metro. Ainda nessa escola, no lugar de deixarem a parede toda igual, entendeu-se fazer uma cofragem donde resultou uma barra de cimento no rodapé, situação que em nada beneficia o edifício, pelo contrário, descaracteriza-o . Motivado por essa cofragem uma das ruas fora estreitecida dificultando a passagem, facto que levou o Sr. Presidente da Junta a, ele próprio, a picar o cimento faltando agora o reboco e pintura. Disse estar à espera do final da obra e, caso não seja dada resposta, a parede e acesso à escola no estado inicial, tiraria umas fotografias e enviá-las-ia para um programa da SIC – Nós por cá. - -----

----- Ainda relativamente à estrada Angueira-Três Marras informou que a Junta de Freguesia autorizara o empreiteiro a colocar terras num determinado local, na condição de, no final da obra, tudo ficar como estava inicialmente. Disse já ter alertado o encarregado da obra para a situação o qual prometeu cumprir com o prometido. O facto é que o empreiteiro já levantou as máquinas e as terras continuam por espalhar. Solicitou à Câmara para, junto do empreiteiro exigir-lhe a resolução do problema. Finalmente a propósito das águas sulfurosas, lembrou que juntamente com o Sr. Vice-Presidente o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vimioso, Sr. Manuel Miranda e o Sr. Professor da UTAD se tinham deslocado à “Fonte Santa” em Angueira, perguntando pois se, nesse local, não era possível fazer-se prospecção dessas águas. ----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Informou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires que os problemas por ele colocados seriam apresentados aos técnicos e ao Fiscal. Referiu que numa obra havia sempre situações que teriam de ser resolvidas no final, tendo exprimido a sua satisfação pelo facto de, apesar de todas as vicissitudes, a estrada Angueira-Três Marras estar praticamente concluída e bem! -----

----- Interveio o Sr. deputado Manuel Oliveira que alertou para o facto de, na sequência das últimas intempéries, algumas lâmpadas de iluminação pública terem ficado bastante danificadas

inclusive algumas, fundidas. ----- No uso da palavra o Sr. deputado Manuel João Português perguntou em que local estava a ser construído o Centro Escolar, questão a que o Sr. Vice-Presidente respondeu de imediato dizendo que era no local contíguo à Escola E.B. 2,3 nas traseiras do Pavilhão Gimnodesportivo. ----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, no uso da palavra mostrou a sua preocupação pelo facto de, na Estrada Nacional duzentos e dezoito, no cruzamento para Caçarelhos, em virtude de não existirem semáforos nem bandas redutoras de velocidade, existir um grande risco para as pessoas. Neste sentido solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que diligenciasse Junto da Direcção de Estradas de Bragança a fim de encontrar e serem implementadas medidas que diminuam o risco naquele local da freguesia. -----

----- No uso da palavra o Sr. deputado Luís Diz, a exemplo de anteriores sessões, apresentou a sugestão / ideia de a Câmara Municipal disponibilizar terrenos a preços simbólicos para casais jovens que queiram construir casa própria ou para aqueles que aqui se queiram fixar. Uma vez que já tinha feito essa sugestão perguntou se, entretanto, tinha havido algum desenvolvimento. ----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Agradeceu as informações/alertas do Sr. deputado Manuel Oliveira dizendo que iria ser oficiada a EDP no sentido de as anomalias serem corrigidas. Informou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos, Sérgio Pires, que a Câmara Municipal, por mais de uma vez, oficiara a Direcção de Estradas de Bragança no sentido de serem implementadas condições que garantam a segurança no cruzamento de Caçarelhos. Referiu que a Direcção de Estradas, no imediato não previa qualquer intervenção no local. No entanto disse que continuaria a alertar a mesma Direcção para a necessidade de garantir a segurança a exemplo do que foi feito em Campo de Víboras onde se conseguiu que fossem colocados semáforos limitadores de velocidade. ----- À questão do Sr. deputado Luís Diz confirmou que é um dos projectos que a Câmara Municipal gostaria de concretizar (disponibilizar terrenos para jovens do concelho e do exterior construírem). No entanto referiu que essa ideia está intimamente ligada à criação de postos de trabalho na zona Industrial, donde, quando se justificar, e caso a Câmara Municipal disponha de recursos para o efeito, esses terrenos serão disponibilizados.

Recordou igualmente a ideia / Projecto de adquirir e recuperar casas antigas destinadas à habitação social, aliás ideia actualmente defendida e apoiada pelo INH, pois que permite recuperar património em estado de degradação ao mesmo tempo que se evitam novas construções fazendo com que as famílias que recorrem a habitação social não fiquem concentradas num só local. -----

----- No uso da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues colocou o problema com que se confronta e que respeita ao facto de os empreiteiros da sua freguesia não terem locais para depósito de entulhos. Disse que a freguesia dispõe de posturas para o efeito mas que o recurso às mesmas só deveria ser feito em última instância. -----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara dizendo que noutras freguesias (ex: Campo de Víboras, Santulhão) foram disponibilizados locais para o efeito, acrescentando que na Zona Industrial existem locais onde esses entulhos podem ser depositados. -----

----- **PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não se registaram intervenções. -----

-----

----- Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_

O 2º Secretário da Assembleia Municipal

\_\_\_\_\_